

CLONAGEM: UMA CHANCE À VIDA

Munira Tanezi Guilhon e Sá

A clonagem é tema recorrente na literatura, faz parte do imaginário da sociedade muito antes mesmo das descobertas científicas.

Digamos que o homem consiga. Cópias intermináveis de outros homens a perambular mundo afora. Einstein, Newton, Leonardo da Vinci, Michelangelo em plena contemporaneidade. Ainda assim seriam apenas fisicamente iguais, pois a alma, fonte motora dos atos humanos, independe da materialidade do corpo.

Diga-nos então, o porquê da clonagem reprodutiva?

Não temos tempo para isso!

Nossa luta é a nossa verdade, lutamos pela e não contra a vida. Não ousaríamos sequer pensar que para salvar deveríamos destruir. Seria a negação de nossa própria verdade.

Passamos todos os segundos de nossas vidas tentando conter entre as mãos um punhado de água que cisma em escorrer pelos dedos.

VOCÊS JÁ TENTARAM, ENTRE AS MÃOS, SEGURAR UM PUNHADO DE ÁGUA? Por mais que você faça, lentamente ela se vai. Por vezes, mal respiramos com medo de derramar um pouco mais. Mas mesmo assim, ela se vai...

E assim permanecemos durante anos, até que o primeiro relato de utilização de células-tronco embrionárias, publicado pela equipe do professor James. A. Thomson, da Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos em 1998, trouxe-nos um fio de esperança.

Numa linguagem simplista, as células-tronco seriam os disquetes, as fitas cassetes, ou as fitas de vídeo que podem receber qualquer tipo de gravação. Em uma fita cassete podemos gravar inúmeras músicas dos mais diferentes estilos. É o processo de programação que transforma algo que originariamente não tem definição, em algo com grande e variado valor de uso. É a partir da gravação que a fita, no caso, adquire funcionalidade.

ONDE ESTÃO ESSAS MARAVILHAS? Encontramos células-tronco nos tecidos adultos, entre eles células de cordão umbilical e medula óssea, ou ainda nos embriões. Para as células-tronco do cordão umbilical, ele teria de ser congelado no nascimento. Nos tecidos adultos, as descobertas recentes evidenciaram que há células-tronco em mais tecidos do que se imaginava. E também se observou que elas têm mais versatilidade que o es-

perado, de modo que foi possível transformar células-tronco de um tecido em células de outros. Os cientistas deixam claro, entretanto, não saberem até que ponto essas células-tronco obtidas de tecidos adultos são viáveis, pois elas envelhecem junto com o organismo.

Quando se trata do uso de células-tronco adultas, a legislação costuma ser a mesma dos transplantes de órgãos; quanto às células-tronco de cordões umbilicais não parece haver nenhuma restrição ética ou moral. Mas existe sim, neste caso, uma restrição maior, uma restrição social, uma vez que em nosso país não existe nenhum banco de cordão umbilical público, e sim uns poucos particulares, onde só e somente aos donos dos cordões, que pagam pela guarda dos mesmos, será dado o benefício de sua possível utilização, uma vez que o risco do dono não vir a usar o seu cordão é muito grande. O Banco Público de Cordões funcionaria como um banco de órgãos, onde todos poderiam ser beneficiados.

Com base no relato da professora Catherine Verfaillie e de seus colegas da Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos, entendo que, nesse momento, as células-tronco embrionárias são a melhor opção, porque podem ser cultivadas fora do organismo vivo, na linguagem científica – *in vitro*, por longos períodos e transformadas em todos os tipos de células do corpo, ao contrário das células adultas.

O fio de esperança toma forma e, de mínimas promessas, se passa a grandes certezas.

COM AS CERTEZAS VIERAM AS POLÊMICAS Alguns segmentos têm assumido uma posição contrária, pois afirmam que para retirar as células-tronco embrionárias é necessário destruir os embriões com cinco dias de vida, ou seja, levar à morte seres humanos, pois entendem que a vida tem início na concepção. Mas para conceber não é necessário fecundar? Não é necessário que ocorra a fusão do espermatozóide com o óvulo?

Isso me faz lembrar da lei judaica Halachá. Diz o presidente da Comissão Bioética do Conselho Rabínico da América, rabino Moshe D. Tendler: “um óvulo fertilizado *in vitro* não tem **humanidade**. Sem a implantação em um útero permanece um zigoto ou pré-embrião, não sendo vista a destruição do mesmo como um aborto”.

Eu pergunto, parafraseando um pai freqüentador da Associação Brasileira de Distrofia Muscular (ABDIM), que atende também os afetados pelas Amiotrofias Espinhas Progressivas: o que seria de uma semente se não fecundada pela terra? Uma frutífera alimentaria os homens enquanto semente?

Essa disparidade de entendimento me faz indagar: as clínicas de reprodução assistida não estariam então provocando a morte de milhares de seres humanos?

É de conhecimento público que de cada 10 embriões criados nos laboratórios das clínicas de reprodução assistida, apenas dois são implantados com sucesso. Na Espanha há mais de 40 mil embriões sem destino. No Brasil, não há controle do que é feito com o descarte e também não sabemos quantos já foram descartados ou ainda o número exato de embriões que serão levados ao descarte. Sabe-se, sim, que após atingirem o limite de sua validade, os embriões congelados perdem sua capacidade de reprodução, mas ainda assim poderiam ser usados para fins terapêuticos. O que seria a vida?

- propriedade que caracteriza os organismos cuja existência evolui do nascimento até a morte
- conjunto de atividades e funções orgânicas que constituem a qualidade que distingue o corpo vivo do morto

É fácil perceber que para significar a vida devemos saber o significado da morte. É uma relação intrínseca: “é preciso viver para morrer, e para morrer basta estar vivo”.

A ausência da respiração e dos batimentos cardíacos significava a morte. Com a evolução das ciências, a reanimação de um paciente com parada cardíaca e respiratória (PCR) é uma realidade. Toda e qualquer pessoa com a mínima chance de ser salva deve ser reanimada. Entretanto, quando constatada parada total e irreversível das funções encefálicas, ou seja, quando o cérebro pára de funcionar e deixa de exercer suas funções de forma irreversível, a morte é constatada. Não há dúvidas quanto a isso.

Quando os cientistas dizem que um embrião de cinco dias não tem o status da vida, é porque além das células, nesse estágio, não estarem diferenciadas, os primeiros sinais de aparição do sistema nervoso só se dá com mais de 14 dias.

Se isso não fosse verdade estariam todos os médicos em prática de eutanásia ao declararem morto aquele cujas funções cerebrais cessaram.

Enquanto as discussões se arrastam, milhares de crianças, jovens e adultos morrem à espera.

Parte-se em defesa da humanidade do embrião, que num passado bem próximo era descartado sem o menor pudor, em detrimento da vida.

Se desejarmos realmente não nos avizinharmos da hipocrisia, é necessário que, no mínimo, revisemos alguns conceitos.

Munira Tanezi Guilhon e Sá é diretora técnica da Associação Brasileira de Distrofia Muscular (ABDIM)

FONTES DE PESQUISA E REFERÊNCIA

<http://www.comciencia.br/>

<http://www.interprensa.com.br/>

http://www.globo.com.br/seção_célulastronco

<http://www.estadao.com.br/>

<http://www.unb.br/acs/acsweb/>

ASPECTOS ÉTICOS E FILOSÓFICOS DA CLONAGEM

Marco Segre

AUTONOMIA NA REFLEXÃO ÉTICA Historicamente, o conceito de autonomia nasce na cultura política da democracia grega para indicar as formas de governo autárquicas, e é somente a partir do humanismo individualista da Idade Moderna, que culmina na *Aufklärung* (Iluminismo) do século XVIII, que o conceito de autonomia se aplica ao indivíduo. Desde então, o indivíduo se torna um autêntico sujeito moral, titular de direitos e deveres correspondentes, e capaz de querer o Bem voluntária e racionalmente. A primeira formulação sistemática do conceito de autonomia, aplicado ao indivíduo, deve-se a Kant, para quem o sujeito moral em questão é a pessoa, isto é, o indivíduo racional e livre, e é por isso que a ética kantiana será conhecida como “racionalismo ético”. Em *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785), Kant afirma que a lei moral autônoma é aquela que tem na “vontade boa” (*das gute Wille*) seu fundamento e legitimidade, sendo o único princípio fundamental (Kant utiliza o termo “supremo”) da moralidade e, portanto, garantia da personalidade moral. Ela se contrapõe à heteronomia que é, propriamente, ausência de moralidade, pois estaria embasada na “vontade má” (*das böse Wille*) e na irracionalidade. A ética kantiana permanece praticamente até Nietzsche, que em *Além do bem e do mal* e *A genealogia da moral* (ambos de 1887) procede literalmente à desconstrução do racionalismo kantiano (é conhecida sua afirmação de “fazer filosofia a golpes de martelo”). Nietzsche mostra, por exemplo, como atrás da “vontade boa” e dos princípios morais racionais agem, de fato, motivações inconscientes e a **vontade de poder**, assim como o **ressentimento** resultante da frustração da vontade de poder e que alimentaria a influência das religiões sobre os indivíduos. Sob este aspecto, a visão de Nietzsche aproxima-se do enfoque de uma ética, do qual perfilhamos, na qual a percepção do conflito moral que uma determinada questão propicia é fundamental para, junto com a racionalidade, caminharmos efetivamente para uma reflexão autônoma.

No instante em que percebemos o conflito, a razão passa a estar integrada com a vida afetiva.

AUTONOMIA E SUBJETIVIDADE “Penso, logo existo”. A expressão de Descartes merece ser detidamente refletida. Cada um de nós na-